

Entre sua criação, oficializada em 1980, e a chegada de Luís Inácio Lula da Silva ao segundo turno das eleições presidenciais em 1989, o Partido dos Trabalhadores representou a síntese partidária do processo de reentrada da classe trabalhadora na cena política nacional, atuando como força decisiva, embora longe de um papel dirigente, no contexto de transição política que marcaria o fim da ditadura militar no Brasil. Não deve ser muito polêmico afirmar que, naquele contexto, o PT representava uma força política contra a ordem, referenciada nos interesses da classe trabalhadora.

A caracterização da qual parto para tratar dos 10 anos de governo do PT é com certeza mais sujeita à polêmica: trata-se de um período em que o partido governou garantindo interesses da classe dominante, em especial no que diz respeito à estabilidade da ordem capitalista no Brasil. Não tenho aqui espaço para recuperar o debate sobre a trajetória do PT entre sua fundação e a chegada de Lula da Silva à presidência da República, o que seria fundamental para entender como o “transformismo” petista se operou antes da eleição de 2002.¹

Entre as várias faces dos governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff, quero aqui apenas destacar aquela que me parece mais expressiva do ponto de vista da função que esses governos exerceram na estabilização da dominação de classes no Brasil, qual seja a da montagem ou aperfeiçoamento dos mecanismos de construção de consensos e de exercício da coerção sobre a classe trabalhadora. Começo por abordar como se opera a dominação sobre os setores mais organizados (e mais “formalizados” do ponto de vista da inserção no mercado de trabalho), para em seguida tratar das estratégias utilizadas sobre os setores menos organizados (e mais precarizados e pauperizados) da classe.

Os governos do PT e os sindicatos de trabalhadores

Um olhar mais atento sobre as relações entre os governos petistas e as frações mais formalizadas da classe trabalhadora brasileira deve necessariamente contemplar a dinâmica econômica do Brasil pós-2003, tendo em vista elementos como a racionalidade da exploração capitalista nos diferentes setores econômicos, o perfil do mercado de trabalho (percentual de

* Professor da Universidade Federal Fluminense

1 A bibliografia sobre a trajetória do PT é alentada. Menciono aqui, apenas para situar alguns livros publicados nos últimos anos, os trabalhos de Mauro Iasi, *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*, São Paulo, Expressão Popular, 2006; Cyro Garcia, *PT: de oposição à sustentação da ordem*, Rio de Janeiro, Achiamé, 2011 e Eurelino Coelho, *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*, São Paulo/Feira de Santana, Xamã/UEFS, 2012.

trabalhadores formalizados, taxas de desemprego, etc.), a variação dos salários (envolvendo salário mínimo, médias salariais dos empregados, valores dos benefícios da previdência social, etc.), o acesso ao consumo e o endividamento das famílias (via crédito direto ao consumidor ou através da explosão do crédito consignado), entre outros fatores. Aqui me concentro apenas no aspecto mais “superestrutural” das relações do governo com o sindicalismo, através do qual temos um quadro significativo da incorporação (mais que uma simples cooptação) da camada dirigente do sindicalismo brasileiro aos marcos da administração dos interesses do capital.

Fundada em 1983, a Central Única dos Trabalhadores representou em sua primeira década de atuação, no plano sindical, o papel disruptivo em relação à ordem a que fiz referência ao tratar do PT dos anos 1980. Sua conversão em um aparato integrado à lógica do capital deu-se progressivamente ao longo dos anos 1990 e 2000, de forma que a chegada de Lula da Silva à presidência da república não pode ser tomada como um marco de inflexão na tendência que já vinha se desenhando. De um lado, assistiu-se à adesão cutista aos chamados à consertação social (como nos episódios do “acordo das montadoras”, ou do “acordo da previdência”, nos governos Itamar e FHC), de outro, observou-se o apassivamento das direções sindicais em meio à acomodação à velha estrutura sindical corporativista, a qual se somavam os apelos integradores da gestão de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e de participação nos conselhos de gestão dos fundos de previdência privada de estatais (como PREVI e PETRUS).

É fato, porém, que todo esse quadro teve sua culminância no governo de Lula da Silva, pois se até então a principal central sindical brasileira se posicionava de forma geral na oposição às medidas governamentais, com o PT no governo federal (como ficou claro desde a aprovação da contra-reforma previdenciária de 2003), a vinculação ao governo, como seu braço no meio sindical, tornou-se evidente. Alguns episódios ilustraram isso com clareza. O presidente da república indicou o candidato a presidente da CUT, Luiz Marinho, que acabaria eleito no congresso da central em 2003. No ano seguinte, nomeou-o para comandar o Ministério do Trabalho. A tarefa pareceu tão natural, que o presidente da CUT apenas se licenciou de suas funções para assumir o cargo de ministro. Em cargos dos diversos escalões do governo, nas empresas estatais, nos seus conselhos de gestão e nos conselhos das empresas privadas com participação acionária do Estado ou dos fundos de pensão das estatais, ex-dirigentes cutistas passaram a encontrar um novo “habitat natural”.²

Dado esse cenário, não se deve estranhar que, após diversas escaramuças, o governo Lula, que se iniciou no plano do sindicalismo com o anúncio e o intenso debate em torno de uma “reforma sindical e trabalhista”, tenha chegado ao fim de seu segundo mandato avançando para a

2 Desenvolvi essa análise em forma mais aprofundada em Marcelo Badaró Mattos, *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*, 2a. ed., São Paulo, Expressão Popular, 2009 (especialmente no capítulo final) e em Marcelo Badaró Mattos, *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*, Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2009.

retirada de direitos dos trabalhadores (vide Lei de Falências e nova legislação para pequenas e médias empresas). Ao mesmo passo em que aprofundou o controle do Estado sobre os sindicatos, através de um Ministério do Trabalho comandado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), herdeiro político de Getúlio Vargas, com forte presença dos sindicalistas defensores das políticas neoliberais no meio sindical (antes “inimigos” da CUT) da Força Sindical. Uma proposta de reforma sindical surgiu em 2003, mas, ao contrário de propor o fim do atrelamento dos sindicatos ao Estado, mantinha as prerrogativas do Ministério do Trabalho. Entre os elementos daquela proposta efetivamente implementados destaca-se o reconhecimento das centrais sindicais como parte do sistema oficial, inclusive arrecadando sua parcela do imposto sindical,³ a contribuição compulsória antes tão criticada pelos “novos sindicalistas” e que foi mantida graças à pressão das centrais, com a CUT à frente. Ou seja a integração completa da central sindical nascida das lutas do novo sindicalismo à velha estrutura sindical deu-se justamente, ao fim dos dois mandatos do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Logo ele, que se tornou conhecido afirmando, em 1978, que a estrutura sindical brasileira era “totalmente inadequada”, tendo sido feita “de cima para baixo”, caracterizada por elementos como o imposto sindical, “que atrela o sindicato ao Estado”.⁴

Por outro lado, se as prerrogativas legais do Ministério em homologar/cassar registros se ampliaram, ameaças de retirada da “legalidade” pairaram especialmente sobre sindicatos que se mantiveram fiéis à tradição mais combativa. Mecanismos coercitivos mais clássicos (ação policial repressiva) ou mais “modernos” – como interditos proibitórios, pesadas multas sobre os sindicatos, ameaças de regulamentação restritiva do direito de greve do funcionalismo público, entre muitos outros – foram largamente empregados para conter as greves e outras formas de luta, sempre que os mecanismos de incorporação não se mostraram suficientes.⁵

Justamente porque há ainda setores sindicais combativos, dispostos a uma atuação que resgate o referencial classista, moveu-se, desde 2004, um processo de reorganização sindical no país. Há que se reconhecer, entretanto, que existe uma grande fragmentação entre os setores, minoritários, que se mantiveram com uma postura mais combativa. Entre as diversas tentativas de articulação intersindical, destaca-se a CSP-Conlutas, construída a partir de 2004 e fundada, como tal, em 2010. Seu perfil é de uma central de sindicatos e movimentos sociais. Reúne, segundo dados

3 Em 2011, as seis centrais sindicais que haviam tido sua representatividade reconhecida pelo Ministério do Trabalho, dividiram 370 milhões de reais das verbas oriundas da contribuição sindical obrigatória.

4 As frases de Lula da Silva sobre a estrutura sindical se encontram em diversas intervenções públicas da época e as aqui citadas foram retiradas de uma entrevista publicada em março de 1978, conforme a recolha feita em *Lula: entrevistas e discursos*, São Paulo, s.e., 1981, p. 45.

5 E por estarmos aqui mais concentrados nos sindicatos, não poderíamos avançar além de um registro de rodapé sobre o fato de que o governo nada fez para conter os assassinatos e agressões sistemáticas às lideranças dos movimentos de luta pela terra no Brasil, mesmo num quadro em que também aí diminuiu o volume de mobilizações.

de maio de 2012, 114 entidades sindicais filiadas (86 segundo a validação do Ministério do Trabalho), além de cerca de 100 oposições sindicais e 20 outras organizações sociais e estudantis.⁶ Para se ter uma ideia dos limites objetivos dessas organizações, a CUT filia atualmente 3.438 entidades filiadas (2.239 delas validadas pelo Ministério do Trabalho), possui 7.464.846 trabalhadoras e trabalhadores associados e representa 22.034.145 trabalhadoras e trabalhadores na base.⁷ Esse número de entidades filiadas é bastante expressivo quando confrontado com o total de 9.822 sindicatos de trabalhadores registrados no Ministério do Trabalho em 2012. O fato de que nos dias atuais poucas mobilizações sejam levadas a cabo pelas direções dessa enorme máquina sindical representada pela CUT apenas reforça nossa hipótese de que seu papel hoje é muito mais o de conter lutas do que o de dirigi-las.

Os governos petistas e a fração mais precarizada da classe trabalhadora

Em todo o mundo, e com maior ênfase nos países da periferia do sistema, em que a desigualdade social e a precariedade das garantias de seguridade social eram maiores, as políticas neoliberais dos anos 1980-90 geraram um crescimento do desemprego e, principalmente, da precarização das relações de trabalho. Diante desse quadro, cabe buscar compreender as formas utilizadas pelo Estado e as classes dominantes no Brasil para conter o potencial explosivo que, tomadas em si, as condições de elevada exploração da classe trabalhadora e suas condições precárias de vida poderiam gerar. Passo a abordar aqui rapidamente três níveis de estratégias de “contenção” empregadas, para as quais os governos petistas tem sido decisivos.

O primeiro deles é o da violência institucional, ou a dominação mantida pela coerção mais extrema. No Rio de Janeiro, governado pela aliança PMDB-PT e espaço em que o quadro de violência institucionalizada é mais visível, a polícia registrou 902 “autos de resistência” em 2007 (mortes que a polícia declara terem se dado “em confronto”, mas que, na maior parte das vezes em que há divulgação do laudo, constata-se que foram resultantes de disparos a curta distância, muitas vezes na nuca), quase o quádruplo do apurado em 2000. Foram 5.030 pessoas eliminadas por policiais entre 2000 e 2007 na cidade.⁸ Uma violência que possui um alvo claro, os moradores das periferias e favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro (especialmente os homens, negros e jovens, segundo as estatísticas). Violência que assume, nos discursos ideológicos, a alcunha de “pacificação”, com a instalação de ocupações policiais permanentes no cinturão Zona Sul-Centro-

6 Os dados são do site da entidade <http://cspconlutas.org.br/2012/04/1o-congresso-nacional-da-csp-conlutas-tem-2280-participantes/>. Sobre as estatísticas do Ministério do Trabalho, ver <http://portal.mte.gov.br/cnes/sindicatos-de-trabalhadores.htm>, ambos consultados em 15/05/2005.

7 Segundo as informações disponibilizadas em seu sítio, <http://www.cut.org.br/institucional/38/historico>, consultado em 15/05/2013.

8 *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 de julho de 2008, p. 18.

Grande Tijuca, intituladas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), o cercamento de algumas favelas com muros (ditos às vezes “ecológicos”, outras vezes de “contenção acústica”) e a atuação cotidiana de uma polícia armada para a guerra, como ilustram seus blindados “caveirões” e a artilharia aérea de seus helicópteros.

Uma segunda estratégia é a da contenção pela assistência. Sabemos que desde meados da década de 1990 o Banco Mundial e outros organismos multilaterais, avaliando os efeitos sociais desastrosos das políticas neoliberais, implementadas segundo suas orientações nos países periféricos, passaram a recomendar políticas sociais mais incisivas, porém aplicadas de forma focalizada. Ou seja, ao invés de garantias de direitos universais aos quais todos os cidadãos teriam acesso, incentivaram políticas de assistência social para os setores mais pobres da população, segundo critérios os mais rebaixados de cálculo da miserabilidade. Se o governo Fernando Henrique anunciou políticas desse tipo e implementou-as de forma bastante limitada (com o Programa Comunidade Solidária e o Bolsa Escola), o governo Lula partiu dessa base para ampliar tais políticas focalizadas para um patamar de massas, com o programa Bolsa Família. Mantido pelo governo da sucessora indicada por Lula, Dilma Rousseff, o programa, voltado para famílias com renda per capita mensal média de R\$ 70,00 (U\$ 35,00), atende hoje a mais de 13 milhões de famílias.⁹ Ou seja, em torno de 50 milhões de pessoas (cerca de ¼ da população total do país) são atingidas por uma política de governo que deposita mensalmente um pequeno benefício (que varia conforme o número de crianças na família e outros fatores). Um elemento nada desprezível a explicar os elevados índices de popularidade do governo e a forma como Lula da Silva foi eleito, em 2006, para seu segundo mandato (e Dilma Rousseff, em 2010), invertendo a votação tradicional que caracterizava a candidatura presidencial petista nas eleições anteriores, pois se até 2002 recebia mais votos nas grandes cidades e no Sul-Sudeste do país, em 2006 cresceu nas pequenas cidades do interior e no Nordeste, região com os mais elevados indicadores de pobreza. Um fator forte também para explicar as maiores dificuldades encontradas pelos movimentos sociais (como os de sem-terra e sem-teto) de conquistar para a luta essas frações mais precarizadas da classe trabalhadora.

Seguindo na caracterização das estratégias de condução da dominação de classes, uma terceira, nada desprezível, é a do investimento ideológico nas propostas de empreendedorismo, empregabilidade, inserção social, responsabilidade social, entre outras, na maior parte das vezes feito diretamente pelos grandes grupos capitalistas, através de fundações privadas, ONGs e entidades empresariais, mas com apoio e subsídio governamental. Segundo dados de 2002, existiam no Brasil 275.895 instituições classificadas como sem fins lucrativos, um contingente expressivo delas focado em difundir tais propostas e implementar projetos que tem como substrato último a

⁹ Segundo os dados oficiais disponibilizados em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> , visitado em 15/05/2013.

ideia de que a saída para os problemas dos trabalhadores está no seu esforço individual para adequar sua ética e comportamento ao modelo empresarial da competitividade e produtividade. Todas essas estratégias encontram canais de difusão com enorme capacidade de penetração no imaginário dos trabalhadores, os mais evidentes deles constituídos pelos grandes monopólios jornalístico-rádio-televisivos do país.

Esses aspectos do governo Lula tornam mais complexo o entendimento de sua relação com o neoliberalismo. As propostas de abertura comercial do setor público e serviços defendidas pelo governo brasileiro na Organização Mundial do Comércio e as (contra)reformas, como a da previdência em 2003, assim como o caráter focalizado de suas políticas sociais, evidenciam a continuidade do modelo de abertura de novas áreas de investimento ao capital em detrimento das garantias estatais de serviços públicos universais. Mas isto é feito por meio de uma política que efetivamente apresenta respostas a demandas sociais gritantes, muito embora sempre com um sentido que reforça e naturaliza a subalternização. Social-liberalismo de fato (para usar o termo esgrimido pela primeira vez por Fernando Collor no Brasil), ou neoliberalismo da terceira via (à qual FHC procurou se filiar na propaganda de sua relação pessoal com Blair e Clinton), seriam por isso expressões invocadas para tentar dar conta dessa especificidade.¹⁰

Interpretando

Podemos tentar, tendo em vista esses elementos, conceituar um pouco melhor a relação que aqui procuramos estabelecer, utilizando como referencial a discussão feita por Antonio Gramsci sobre as características das formas contemporâneas de dominação.¹¹ Partindo da situação brasileira, é praticamente impossível questionar o fato de que o Brasil é hoje um país plenamente capitalista. Também não é difícil perceber que, do ponto de vista da complexificação da sociedade civil, com a multiplicação de partidos, “no sentido amplo e não formal” de Gramsci, ou como são mais comumente chamados “aparelhos privados de hegemonia”, a formação social brasileira do início do século XXI é plenamente “ocidental”. Ao que corresponde uma relativa estabilidade da democracia parlamentar, desde a fase final da transição política de 1985-1989. Caberia então afirmar, tendo em vista especialmente o que se disse sobre o período mais recente dos governos do Partido dos Trabalhadores, que a forma atual da dominação burguesa no Brasil está solidamente alicerçada no

10 Ver a esse respeito a discussão contida em Lúcia Neves (org.), *A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso*, São Paulo, Xamã, 2005.

11 Numa carta de 1931, o revolucionário sardo já anunciava seu objetivo nos seguintes termos: “Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como a sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.)...”. Antonio Gramsci, *Cartas do Cárcere*, vol. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 84.

consenso ativo das massas subalternas? Indo além, isso significaria que o caráter coercitivo das funções típicas do Estado em seu sentido restrito é secundário para as estratégias de dominação burguesa hoje em nosso país?

A resposta a tais questões deve ser cuidadosa. Em primeiro lugar, é importante seguir a pista metodológica de Gramsci de não tomar seus conceitos “como esquemas rígidos, mas apenas como critérios práticos de interpretação histórica e política”, tendo em conta que “nas análises concretas dos eventos reais, as formas históricas são determinadas e quase ‘únicas’”.¹² Assim como a observação de Benedetto Fontana, de que ao trabalharmos com os pares conceituais de Gramsci (como no caso de consenso e coerção, mas também de Sociedade Política e Sociedade Civil, Ocidente e Oriente, etc.) “o problema reside na determinação empírica da proporção, peso e valor de cada elemento da díade no contexto de uma situação histórica concreta.”¹³

Lembro disso para afirmar que no Brasil de hoje (e é claro que isso não acontece só aqui), há sim o máximo investimento no consenso por parte do grande capital. Lúcia Neves e Virgínia Fontes vêm insistindo em demonstrar como se deu recentemente uma ampliação dos aparelhos privados de hegemonia do grande capital, dos tradicionais meios de comunicação às novas Organizações Não-Governamentais (ou Organizações Sociais de Interesse Público), que se empenham por difundir a “nova pedagogia da hegemonia”.¹⁴ Ou seja, os 2,7 milhões de crianças e adolescentes atingidos pelos 4.700 projetos sociais do Programa Criança Esperança, as 27 mil escolas cadastradas no projeto Amigos da Escola e a maior parte dos 1 milhão e 540 mil trabalhadores empregados pelas mais de 275 mil ONGs existentes no Brasil em inícios da década atual, apenas para citarmos alguns dos exemplos listados por Neves, são números que nos ajudam a perceber o tamanho do aparato mobilizado para transmitir aos subalternos os valores adequados à adaptação a uma ordem produtiva capitalista baseada na ampliação da expropriação e na intensificação da exploração da classe trabalhadora.¹⁵

Ao que se combina a reatualização das práticas filantrópicas, travestidas de “responsabilidade social”, que incorporam intelectuais e militantes, através dos procedimentos de “empresariamento de projetos” como forma de sobrevivência, rebaixando seus discursos “da crítica social à denúncia da pobreza”.¹⁶ O resultado é a difusão dos valores da “flexibilidade”, da “mobilidade” e da “adaptabilidade” como os mais adequados ao indivíduo-trabalhador/empreendedor de hoje – acompanhados, é claro, do esquecimento, quando não da

12 Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, vol. 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, ., p. 67.

13 Benedetto Fontana, “Hegemonia e nova ordem mundial”, in Carlos Nelson Coutinho & Andréa Teixeira, *Ler Gramsci, entender a realidade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 119-120.

14 Neves, *A nova pedagogia*. ...Virgínia Fontes, *Reflexões im-pertinentes. História e capitalismo contemporâneo*, Rio de Janeiro, Bom Texto, 2005.

15 Neves, *A nova pedagogia*, p. 102 e 122.

16 Fontes, *Reflexões im-pertinentes*, op. cit., p. 99.

condenação de qualquer tipo de defesa da mobilização coletiva contestatória –, assim como a substituição das referências à classe pelas múltiplas identidades, inclusive aquela de “pobre”, objeto da assistência da responsabilidade social ou das políticas focalizadas, quando o indivíduo flexível e empreendedor não encontra espaço no mercado de trabalho.

Contribui enormemente para isso o fato de que as centrais sindicais de maior porte, em especial a CUT, tenham progressivamente se adaptado a essa lógica e tenham mesmo se transformado em agentes do processo, comprometendo-se com programas de “requalificação profissional” e discursos de “empregabilidade”, além de defenderem estratégias “negociais”, ao mesmo tempo em que renunciam a maiores confrontos com o empresariado e se entrelaçam cada vez mais aos órgãos da sociedade política.

Estaríamos, no entanto, profundamente enganados se dessa análise tirássemos a conclusão de que o avanço do aparato destinado ao estabelecimento do consenso a partir da sociedade civil (mas profundamente entrelaçado com a sociedade política, na forma das “parcerias público-privadas” já tão visíveis nas áreas da educação e da assistência social) implica numa redução do peso da coerção partindo da sociedade política. Se no coração do sistema, a maior economia capitalista do mundo corresponde à maior população carcerária do planeta, não é de se estranhar que aqui na periferia o extermínio seja prática corrente das políticas ditas de “segurança pública”. De forma análoga, os militantes e movimentos sociais que ousam continuar lutando são cada vez mais tratados de forma policial-penal, demonstrando que a margem de atuação para uma oposição não-consentida é cada vez menor, ainda que o sistema eleitoral funcione sem restrições, o parlamento não sofra intervenções, os partidos se revezem nos governos e a democracia parlamentar seja festejada como conquista final.

Em suma, se alguns leitores de Gramsci, partindo da situação da Europa pós derrota fascista da 2ª Grande Guerra, anteviram uma evolução das estratégias de dominação em que a ampliação das formas de construção do consenso corresponderia a uma diminuição do peso relativo dos mecanismos de coerção, definitivamente não é a isso que assistimos hoje. Máximo investimento nos aparelhos privados de hegemonia e força máxima na máquina repressiva constituem a combinação mais adequada para definir o grau de articulação historicamente localizado de coerção e consenso através do qual se constrói a dominação capitalista numa sociedade ocidental periférica.

Tal processo de ocidentalização periférica (mas que guarda profundas semelhanças com o que hoje ocorre mesmo no Norte de desenvolvimento capitalista mais antigo) já vinha se ensaiando desde o fim da ditadura militar. No entanto, para atingir o grau de eficiência que demonstra hoje – com 63% de aprovação do governo federal em março de 2013, e indicadores bastante limitados de mobilizações dos trabalhadores –, a dominação burguesa no Brasil teve que lançar mão de novos “parceiros”. Justamente lideranças e organizações que emergiram como elementos de contestação

nos anos 1980 e, dada a sua representatividade junto às massas organizadas da classe trabalhadora e sua eficiência no controle dos setores mais precarizados e pauperizados da classe, foram capazes de articular coerção e consenso com uma eficácia que “nunca antes na história deste país” fora vista.